Eticidade *versus* misticidade

Oswaldo Evandro Carneiro Martins*

Referimos neste artigo trabalhos nossos. Enfeixam eles uma dissertação antropológica, um esforço taxinômico dos valores e uma aplicação temática, desenvolvidos desde quando a vida deste autor foi obstaculizada pelo Golpe Militar de 1964. Todos os textos publicados e divulgados anteriormente não constituem tropeço às pequeninas achegas postremas que se fizeram. Nesse ínterim, porém, operamos uma virada no conceituar *eticidade* e *misticidade*, tomadas como pano de fundo e inspiradas no **Traité des Valeurs** do filósofo Louis Lavelle, grandemente dialético que é, cuja concepção da escala dos valores denominamos *escada de Lavelle*. Mostramos como objeto e sujeito *paralelos* intercambiam-se axiologicamente e convergem no grau mínimo de objetividade e máximo de subjetividade, ou seja, **no infinito**, sob uma abordagem vetorial, geométrica e aritmética, (C*f.* **figura 1**).

Paragrafado *primo*, nós explanáramos o assunto em questão no nosso **O Autor e o Ator – Ensaio da Antropologia Filosófica**. É nova a focalização, equivalendo a uma introdução à investida intelectual que empreendemos em função daquele evento político deflagrado há 46 anos. Destacamos na data de edição de nosso pensamento antropológico, 1994, cruciais conceitos atinentes não só ao aspecto gnosiológico, à práxis, ao ensino e, especificamente, aos problemas valorativos. O pós-64 nos evidenciava uma necessidade assemelhada à de Marx em proceder à crítica do neo-hegelianismo, isto é, àquele seu reajuste da consciência política confessada em **A Ideologia Alemã**.

Secundo, o parágrafo sequente remete a uma colaboração que publicamos no número 112 da *Revista do Instituto do Ceará*, ano 1998, p. 207, *passim*. Ampliáramos nele nosso prefácio ao livro **Ética Individual e Ética Profissional** (1988) do Professor Oscar d'Álva e Souza Filho,

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

profundando então o princípio da inversão da práxis, a questão do dever e o tema da dignidade do trabalho.

Tertio é o preparo da cena para as duas categorias – eticidade e misticidade – a que seríamos conduzido em face dos valores políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos. Indicamos como, perante o *Estado*, a *conduta exteriorizada* e a *atitude mental* se relacionam e deixam que se resolva *sponte sua* a intrínseca contradição dialética delas (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, in *Revista do Instituto do Ceará*, volume 116, 2002, p. 81, *passim*).

Feito esse retrospecto, o a que se visa é dilucidar a razão, por que a atitude mental é negada, sendo possível a "guerra de todos contra todos" (Hobbes), sobretudo a tirania, a injustiça, a exploração e a corrupção. Queremos explicar como os valores políticos são frequentemente antiéticos ou aéticos, embora já vejamos cientificamente calvo e grisalho na cabeça e no olvido neurônios sem sinapse.

A constatação desse esvaziamento dos valores éticos não é fisiopsíquica e sim decorre da radicação do poder estatal mediante decisões legislativas, atos executivos e esquematizações formais, burocráticas e judiciais, durante anos e anos de dominação capitalista. A lei vigente já não se coaduna com o cidadão. Envelheceu e voltou a ser mística como historicamente nascera. A elaboração politológica se tornou *virtual*, à moda cientificista.

Há de fato manifestas nas zonas da *realidade* e da *idealidade* uma implicitude consciente ou inconsciente na conduta exteriorizada e na atitude mental. Inadvertido ou inexperto, o indivíduo tende a conferir efeitos mágicos a seus produtos nas zonas da eticidade e da misticidade, no fundo analogando-se a agente de amuleto ou de oração forte. Conta-se a respeito que o jornalista Jáder de Carvalho se fez surpreendentemente espírita, porque num atentado teria sido salvo por uma medalha benta de Nossa Senhora, conduzida por ele qual colete à prova de bala no bolso da camisa a pedido de pessoa altamente religiosa. (É o que, certa feita, nos informou pessoalmente Mozart Soriano Aderaldo).

Gonçalves Dias no seu poema épico **Os Timbiras** testifica quão arcaico é o fenômeno referido, mencionando liricamente por quatro vezes a imagem de praxe dos *manitós*, um verbete omitido pelos lexicógrafos, mas que deve corresponder a *mores*, como o **Dicionário de Sociologia** da Editora Globo o inscreve. Diz o poeta maranhense, intimamente a apelar para valores *sagrados*: / "Cheios de medo os manitós desertam /

As tabas mudas, que hão de ser calcadas, / Já cinza fria, pelo imigo fero./ Não fujam manitós as nossas tabas"./ (Cf. Francisco da Silva Ramos, **Os Grandes Poetas Românticos do Brasil**, Edições LEP Ltda., São Paulo, 1952, p. 173).

Procedimentos, modismos, usos, hábitos, costumes e padronizações culturais são gestados e eclodidos na misticidade, mas transferem-se para a eticidade onde são operacionalizados ou explodidos. Cogita-se, na descrição supra, do advento e recrudescimento do Estado, pai dos males que afligem a milenar transição política, isto é, desde a comunidade primitiva à sociedade capitalista.

Nós fomos motivado pelo Estado. É que fôramos atropelado pelo Leviatã, cujo nome equivale ao de capital em Marx, sem deixar este evidente que o fazia. Estivemos subjugado ao guante do monstro hobbesino, "deus mortal ao qual devemos abaixo do Deus Imortal a nossa paz e defesa" (Cf. Thomas Hobbes. **Leviatã**. São Paulo. Editora Martins Claret, 2002, p. 131). Hobbes dissera desse deus: "é-lhe atribuído o uso de gigantesco poder e força que o *terror* (grifo nosso) inspirado nele o torna capaz de conformar as vontades" (*ibidem*).

Engels descreve esse esquema governamental, que é axiológico: "Dispondo da força pública e do direito de arrecadar os impostos, os funcionários como órgãos da sociedade são colocados acima dela" (Cf. Frederico Engels, **L'Origine de la Famille, de la Propriété Privée et de l'État.** Paris. Éditons Sociales. 1954, p. 157). O supracitado prógono do marxismo assinala a medula classista do Estado, cujos fautores são os membros e aliados da classe dominante e nesse papel se alienam da sociedade, projetando-se dela "fora e acima" (*ibidem*).

Ao longo da sucessão dos períodos históricos, o homem se agrilhoa a Deus na protohistória, ao próprio homem na história clássica, à gleba na história medieval e ao salário da história moderna em diante. Essa condição, respectivamente de rendeiro, escravo, servo e operário não é escatológica, mas o Estado deterministicamente se extinguirá. É o que se proclama marxisticamente, relacionando o fim da instituição em pauta ao das classes sociais existentes após e desde a comunidade primitiva, que não as tinha. Leia-se abaixo esse preconício em Engels.

"O Estado não existiu sempre. Houve quem se safasse das dificuldades sem nenhuma idéia dele e do seu poder. Em cada nível da evolução econômica, que estava necessariamente ligado à divisão em classes, estas tornaram necessário o Estado. Hoje, porém, chega a passos rápidos um

estágio de desenvolvimento da produção, sob a qual existem as classes, que deixam de ser necessárias e passam a ser um obstáculo. Extinguir-se-ão as classes, tão inevitavelmente como quando surgiram antanho, e com elas inelutavelmente o Estado. A sociedade se reorganizará para o sistema produtivo na base de uma associação livre e igualitária de produtores e relegará toda a máquina estatal ao lugar onde deve ficar, o mesmo das antiguidades, ao lado da rede artesanal e da acha de bronze" (Cf. Frederico Engels, *op, cit*., p. 154).

Neutrais, respeitosas ou *aterrorizadas* ante a Leviatã, têm-se postado as pessoas no decorrer dos tempos, mas presentemente o desmistificam, demitificam e descodificam. E aí está perante os seus levitas e fiéis o deus mortal, sob diagnose ou necropsia, para todos os públicos, dos menos aos mais adstritos ao poder político.

Os valores exprimem nosso acordo – e o nosso desacordo – quando administrativamente aparelhos institucionais e implícitos nos governam individual e coletivamente. Se o algoritmo crático, que nós próprios concebêramos e implementáramos, não nos pode satisfazer mais, optamos por descumprir o estabelecido. Semelhante obsolescência moral é cíclica e esmaece na mesma proporção o conspecto classista da estatalidade, o qual suscitará antinomias nos grupos sociais e no Estado. A transmutação dos valores políticos, jurídicos e éticos levará ao limiar da emancipação do homem, embora Engels dissesse ainda que "o Estado representativo hodierno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capitalismo" (*ibidem*).

Logo adiante, esse autor em quem repicamos destaca quanto se impregna nas pessoas a classe dominante e possidente. Em 1891, na obra em que nos vimos apoiando, Frederico Engels, como se fosse hoje, redisse que há fases moderadas do poder do Estado, que ele qualifica como "pseudomoderador" *(ibidem).* Destrinça essa dúvida nos termos a seguir: "É o caso da estatística eleitoral dos Estados representativos atuais. Todavia esse reconhecimento político das diferenças financeiras não é absolutamente essencial. Ao contrário, embute-se aí um índice inferior de desenvolvimento das nações, cuja expressão mais alta, a república democrática, constitui crescentemente uma necessidade determinante nas condições sociais, que é a forma a qual pode ser levada até o fim a última batalha entre o proletariado e a burguesia, quando não se reconheçam mais, oficialmente, as diferenças referidas. A riqueza exerce seu poder de modo indireto, mas amplamente mais seguro, em um extremo com

dependência da aliança do governo com a bolsa, que se efetiva tanto mais facilmente quanto mais aumentam as dívidas do Estado e as sociedades por ação concentram em suas mãos, não só o transporte, mas também a própria produção, referindo tudo ao centro bursátil" *(op. cit., p. 158).*

A bolsa fragiliza a moral e isto se reflete nas mentes e organizações. O Estado se reestrutura constitucionalmente e os partidos deontologicamente, precatando-se cada qual da contradição entre conduta exteriorizada e atitude mental, que é um drama das consciências. Os valores políticos obrigam à observância dos códigos de ética em particular, que prescrevem corporativamente a conduta exteriorizada.

É de convir, portanto, que perante a Ciência Política e o Direito só exista um presuntivo militante político – plural, reificado e virtual – que vive uma alienação de sujeito considerado objeto, a começar pelas autoridades, que não se subsumem a esse modelo por mais abrangente que seja. É essa impossibilidade de abeberar a atitude mental à fonte de inspiração ética, que não se deve confundir com o processo conjuntural e ideológico da obsessiva depuração partidária em que a mesma deixa de ser ética e se torna mística.

A palavra de ordem de ética na política pode ser equívoca, porquanto os valores políticos têm esse caráter, como de resto os valores de toda a regionalidade moral – eticidade, efetividade e realidade – a têm. A escala axiológica, conforme a qualificamos de *escada de Lavelle*, comporta não só os valores da zona da eticidade. Há outros indubitavelmente, inclusos os da zona da misticidade (valores litúrgicos, sagrados e místicos propriamente ditos), *em simetria* com os contíguos. São simétricos regional e zonalmente. Sob enfoque generalizado, também se verifica o mesmo com os valores socioeconômicos e os ludoestéticos, e afinal com os valores inerciais e os orgânicos, todos pertinentes às zonas em conceito de regionalidade espiritual – misticidade, afetividade e idealidade – e de regionalidade moral. O de que se trata é escoimar de uma zona as intrusões de valor de outra. Mais precisamente, cumpre que o Estado seja *laico* na transmutação de valor, quer dizer, que seja ético e não místico.

Mister se faz, contudo, que não se ignore a misticidade e que se coteje a mesma com a eticidade, não obstante à inconveniência intercorrentemente arguída nesta exposição. A atitude mental resulta de ocorrência espontânea e natural, quando a inteligência aceita que o fenômeno da entificação infunde determinações intrínsecas e que poderá logicamente

estruturá-las ou reestruturá-las mercê do saber. Estabelece-se então o pacto estatal de Hobbes - ou o contrato social de Rousseau – que a tradição bíblica identifica à fé no bezerro de ouro, ícone que cabe demolir na luta entre as individualidades. Os governados e governantes *vis-à-vis* do Estado vivem seu antagonismo apelando para a solução que incumbe a esse poder público, o qual entanto os decepciona *au fur et à mesure* de um aprofundamento cognitivo que a Ciência Política não lhes proporciona de vez.

Escrevemos recentemente – e corrigimos acrescido – algo sobre a mudança política. "Os valores existem num sistema ou corpo de doutrina. O valor, por exemplo, de uma cabeça humana degolada, que o primitivo exibia fincada a uma estaca no terreiro da sua cabana, é um troféu consentâneo aos seus mores, o qual deveria propiciar um credenciamento político a quem a detivesse. Outra ilustração: o botim de guerra de um legionário romano conferia vantagens ao seu titular" (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *in* Revista do Instituto do Ceará, volume 112, 2008, p. 148).

Despontam na presente investigação os valores da misticidade, que fazem parte correspondentemente com os valores da eticidade. Aliás, o erro atrás imputado ao propósito de aprimorar *eticamente* a valoração ocorre na equiparação dos valores políticos com os litúrgicos, dos valores jurídicos com os sagrados, dos valores éticos com os místicos, e, extensivamente, dos valores socioeconômicos com os ludoestéticos, ou, ainda mais repercussivamente, nos limites crescente (objeto) e decrescente (sujeito) dos valores inerciais com os orgânicos. As duas categorias – eticidade e misticidade – confrontam sua heterogeneidade, esquecido que não se igualam nem se somam, por minguar-lhes uma medida comum. A eticidade é tão-só objetiva, enquanto a misticidade é tão-só subjetiva, devendo os gêneros valorativos permanecer nas suas respectivas regionalidades (a moral ou a espiritual).

Identificar as virtudes de um ser a conhecer difere de adjudicá-las, pois elas existem independentemente do sujeito conhecedor. Resta um estorvo quanto às suas possibilidades cognoscitivas, cujo conhecimento pode na atitude mental ser suscitada e *exteriorizada*, corroborada entanto a quididade dos valores. Essa operação axiológica *não é uma conversão de sujeito em objeto* e sempre permanecerá como tal, até que a identidade estrutural se concretize *motu proprio*, isto é, como autogênese, retroversão, reflexo do objeto sem ingerência do sujeito.

Atenha-se cada gênero axiológico ao gráfico – a *escala* e a *escada* – na sua regionalidade. A eticidade é regional nos valores morais (políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos) e o é nos valores socioeconômicos e inerciais. A misticidade é regional nos valores espirituais (litúrgicos, sagrados e místicos propriamente ditos) e o é nos valores ludoestéticos e orgânicos. A regionalidade moral se estende às suas zonas como a regionalidade espiritual se estende às suas. É inadequado dar-se ao objeto tratamento de sujeito e vice-versa. Incorre-se pela primeira hipótese em idealismo objetivo (Hegel) e pela segunda hipótese em idealismo subjetivo (Hume), que são equívocos gnosiológicos.

O homem sempre se situa filosoficamente mediante o objeto e o sujeito, que estão condicionados cronotopicamente, isto é, na história e na sociedade. Sua atividade – biótica e psíquica, inteligente e humanizante, objetiva e subjetiva – desenvolve um conjunto de reflexos para captar em essência a universalidade. Trata-se da função cognoscente do sujeito, a qual se dirige para a compreensão e transformação do objeto.

Antes de concluirmos, há nesta altura uma pergunta até o final sobrestada aos nossos estudos antroposóficos– *verbi gratia* real e racional – que focaliza o Estado: em que consiste a supracitada transformação do objeto? Ora, este não é igual a plástico, não se subsume ontologicamente ao sujeito, cujo papel está apenas na evidenciação dos valores. Ressaltemos que evidenciá-los não é criá-los, nem determiná-los tampouco, porquanto existem imanentemente a *funcionalidade* e *regularidade* do objeto. Um valor tem possibilidade real e se configura histórica e socialmente, vincula-se e adstringe-se ao respectivo contexto, transmuta-se *in situ*, o que de Epicuro já se poderia visualizar nas construções *virtuais* tão caras à Ciência. A unidade de um ser – inerte, vivo, social ou humano – emerge e assume dialeticamente expressão definida em termos de elementos objetivamente *funcionais* e *regulares*.

Sejam, pois, os arbustos, árvores e ervas, que são *morfologicamente* fanerogâmicos, tautológicos, localizados. Experimentam eles o impacto da luz, do vento, das causas naturais. Pela teoria epicúria – *declinação dos átomos* – conquistariam as espécies vegetais, geneticamente, forma consentânea com sua sobrevivência ou contradição dialética. Por exemplo, a palmeira imperial cresce ortogonalmente – na direção do centro da Terra – e o seu broto terminal é uma haste longa, fina, retilínea, rígida, filotáxica, substituída por outra igual, com que ela assim mantém o sentido contrário à força da gravidade. Outras plantas

o fazem relativamente a outros fenômenos. Há caules reptantes, órgãos heliocêntricos, copas com ramificação verticilar e horizontal a dar vazão à ação das rajadas do ar atmosférico através de espaços desprovidos de folhagem e resistência.

Milhares de exemplos no universo e no homem demonstram como surge uma natureza *interna, declinada e simétrica* do objeto para com o sujeito, relação cuja propositura e sanção pertencem ao último, o que entanto pode ser *sugerido* pelo primeiro.

Caracteriza-se então uma *restituição* à regionalidade espiritual. Enquanto esta não sancionar a sugestão aludida, verifica-se conflito na Ética. O Estado *equivocado, explodido e irrestituível* tem origem exclusivamente subjetiva.

Fora dessa conceituação não prosperam contravalores e pseudo-valores que grupos veleidosos e paranóides de pessoas impuseram ou impingiram aos homens. Os valores promovem uma quebra de algemas, monitorada na transição dos regimes, na evolução social e na libertação humana, mas têm uma porção postiça, artificial e cerebrina, como folhas de parra sobre as partes pudendas das estátuas nuas. A mentira se converte desse modo em regra e às vezes fica cínica a tapar o Sol com peneira.

Eis que finalmente o Estado já perece e por último morrerá. Exausto, sonsumado e vencido, cessa o processo sucessório das classes dominantes que tem sido o sustentáculo daquele deus mortal: o Leviatã.

REGIONALIDADE MORAL		**REGIONALIDADE ESPIRITUAL**
ZONA DE ETICIDADE Valores éticos Valores jurídicos Valores políticos		**ZONA DE MISTICIDADE** Valores místicos Valores sagrados Valores litúrgicos
ZONA DE EFETIVIDADE Valores socioeconômicos		**ZONA DE AFETIVIDADE** Valores ludoestéticos
ZONA DE REALIDADE Valores inerciais		**ZONA DE IDEALIDADE** Valores orgânicos
OBJETIVIDADE		**SUBJETIVIDADE**

Figura 1 - ESCADA DE LAVELLE